

ambiente

Salles critica Inpe e quer contratar empresa para monitorar Amazônia

Ao mesmo tempo, Ibama reduz autuação por alertas de desmatamento no governo Bolsonaro

Fabiano Maisonnave

MANAUS Nos primeiros cinco meses do governo Jair Bolsonaro, o Ibama registrou a menor proporção de autuações por alerta de desmatamento na Amazônia dos últimos quatro anos.

Apesar do déficit na fiscalização e da disponibilidade de um novo sistema gratuito para o Estado, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, culpa o atual monitoramento, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), pela ineficiência no combate ao desmatamento e quer trocá-lo por uma empresa privada.

Do começo do ano até 15 de maio, o Inpe enviou aos órgãos ambientais de fiscalização 3.866 alertas de desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter-B), do Inpe. Uma média de 28,6 alertas/dia.

A fiscalização do Ibama, no entanto, realizou apenas 850 autuações por alteração da flora emitidas pelo Ibama na Amazônia Legal no mesmo período, ou 6,2/dia.

A proporção nestes primeiros meses de governo Bolsonaro, que critica a "fiscalização ideológica" do Ibama contra o agronegócio, ficou em 4,5 alertas por autuação. Entre 2016 e 2018, essa média variou de 1,1 a 3,4 de alertas/autuação no mesmo período, de 1º de janeiro até o final da primeira quinzena de maio.

O cálculo não levou em conta um novo monitoramento de desmatamento, fruto de um convênio com custo zero para os cofres públicos. Administrado pela MapBiomas, iniciativa que envolve ONGs, universidades e empresas de tecnologia para mapear o uso da terra, o projeto já disponibilizou ao Ibama 1.845 alertas de desmatamento, em março.

O MapBiomas Alerta, que será lançado oficialmente na sexta-feira (7), cruza informações de diversos bancos de dados, como o Deter-B, o CAR (Cadastro Ambiental Ru-

ral) e o Sinaflor (Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais) e gera laudos que incluem até imagens de alta resolução do polígono antes e depois do desmatamento.

A ideia é que o fiscal já tenha toda a informação reunida para atuar, mesmo à distância, explica Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas. "O mais importante é ir atrás dos alertas que já são gerados e garantir que quem fez errado será penalizado. Enquanto as pessoas acharem que, em 150 mil alertas, apenas 1% será penalizado, o estímulo ao desmatamento é muito grande."

Ele compara o novo sistema à fiscalização no trânsito. "O que foi eficiente nesse caso? Bôtar o radar. Ele flagra, tira a foto e manda pelo correio. A certeza de que o radar vai pegar faz a pessoa não cruzar o sinal vermelho. O que nós estamos fazendo agora é transformar a multa em algo irrefutável", diz Azevedo. "Vai ter a imagem do antes e do depois, que equivale à foto da placa da licença do carro quando cruzou o farol vermelho."

Um dos principais focos de ações do Ibama até o ano passado é a região da BR-163, no oeste do Pará, uma das áreas mais críticas de desmatamento ilegal da Amazônia. De outubro a abril, o Deter-B captou 14,76 km² de corte raso dentro da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, área equivalente a nove parques Ibirapuera.

Ao contrário dos anos anteriores, quando Ibama tinha uma presença quase permanente na região, a base de Novo Progresso (PA) está vazia —houve apenas uma operação do órgão federal ambiental neste ano ali.

A região era uma das prioridades do GEF (Grupo Especializado de Fiscalização), a unidade de elite do Ibama. Sob Bolsonaro, porém, até agora não houve nenhuma operação na Amazônia.

Por outro lado, uma das principais lideranças dos gri-

leiros dentro da Jamanxim, Nelci Rodrigues, participou de uma reunião em abril no Ministério da Agricultura convocada por Nabhan Garcia, secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, como revelou o site APública. Ali, defendeu a extinção da Flona, criada em 2006.

Em 2016, a Folha revelou que a família de Rodrigues reivindicava quase 7.000 hectares da Flona Jamanxim. Na época, o seu marido, Jaime Zaminhan fez ameaças à reportagem ao ser questionado sobre o assunto, em Castelo dos Sonhos (PA).

A decisão de empregar o

GEF cabe ao diretor de Proteção Ambiental, o major da PM de São Paulo Olivaldi Azevedo.

Desde que foi nomeado, Salles, que nunca havia ido até a Amazônia até este ano, tem criticado o monitoramento do Inpe e defendido a criação de um sistema com maior resolução.

A Folha apurou que o ministro quer contratar a empresa paulista de geoprocessamento Santiago & Cintra, que neste ano já esteve ao menos duas vezes no ministério para tratar do assunto.

Na Amazônia, a empresa foi contratada pelo governo do Pará para fornecer imagens

de 3 metros de resolução alertas e dados de desmatamento, por meio do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cimam).

O projeto foi iniciado em março de 2017 com a promessa de melhorar o combate ao desmatamento, mas o Pará continua sendo o estado mais problemático do país.

No ano passado, o primeiro em que o Cimam funcionou durante todo o período, o Pará foi novamente o campeão de área desmatada, com 2.840 km². Houve um aumento de 17% da área em relação ao ano anterior, taxa só abaixo à de Roraima.

Os números são do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), do Inpe, e referentes ao período agosto de 2017 e julho de 2018.

Na sexta-feira, a reportagem procurou a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Semas) solicitando um balanço do Cimam, mas não obteve resposta.

Especialistas e funcionários do Ibama e do ICMBio ouviram pela reportagem afirmam que o sistema Santiago & Cintra é mais preciso, mas que ficará muito caro para cobrir toda a Amazônia e fornecerá um detalhamento desnecessário. Um servidor comparou a dirigir uma Ferrari na Transamazônica.

Para melhorar o combate ao desmatamento, segundo eles, é preciso realizar novos concursos públicos para preencher o déficit de funcionários, punir os desmatamentos ilegais já detectados e melhorar as condições logísticas na Amazônia.

Na segunda-feira da semana passada (27/5), a Folha solicitou ao Ministério do Meio Ambiente, por telefone e e-mail, mais detalhes sobre a nova proposta, mas não obteve resposta.

A reportagem enviou perguntas ao major Olivaldi Azevedo na sexta-feira (31/5) via WhatsApp, também sem obter respostas.

História do monitoramento de desmatamento no Brasil

1988 O Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Inpe, começa a realizar o monitoramento de desmatamento por corte raso da Amazônia Legal, calculando taxas anuais

1990 Início da parceria entre a ONG SOS Mata Atlântica e Inpe para monitoramento do bioma

2004 Com o desmatamento em 277 mil km², tem início o Deter (Sistema de Detecção em Tempo Real), do Inpe. De 2004 a 2017, ano em que foi aprimorado, o sistema gerou cerca de 70 mil alertas de fiscalização

2007 Inpe cria o sistema Deterad, que detecta áreas em processo de desmatamento cuja cobertura florestal ainda não foi totalmente retirada. Projeto durou até 2016

2010 Estruturação do Projeto TerraClass. Parceria entre Inpe e Embrapa, ele qualifica o desflorestamento na Amazônia em 12 categorias, principalmente pastagem, agricultura e vegetação secundária

2014 Taxa de desmatamento anual registra redução de 84% em relação a 2004

2015 Deter-B entra em operação e mapeia, em tempo quase real, desmatamento e outras alterações na cobertura florestal próximos a 1 hectare. Até então, só era possível detectar desmatamento de áreas acima de 25 hectares

2015 Projeto Amazônia SAR monitora a Amazônia nos meses mais chuvosos

2016 Brasil se compromete a acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030

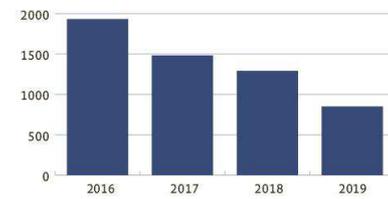
2017 Inpe aprimora sistema de alerta de queimadas, iniciado na década de 1980, por meio do TerraMA2Q

2018 Deter-B, de detecção de desmatamento em tempo real, passa a monitorar o cerrado

Fontes: Ministério do Meio Ambiente e Inpe

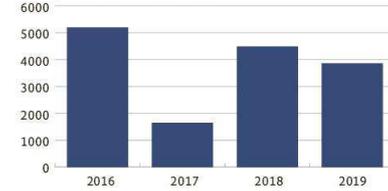
Autuações ambientais por infrações contra a flora na Amazônia Legal*

Entre 1.jan. a 15.mai de cada ano



Número de alertas de desmatamento do sistema Deter-B/Inpe**

Entre 1.jan. a 15.mai de cada ano



*Desmatamento por corte raso, seletivo (extração de madeira) ou foco de incêndio. Apenas alertas superiores a 6,25 hectares

Fonte: Ibama e Inpe.



PRAGA AQUÁTICA VIRA PROBLEMA NA NIGÉRIA

Em Lagos, maior cidade da Nigéria, o crescimento da planta jacinto d'água não só toma barcos e prejudica o transporte como asfixia a água e outras espécies aquáticas Plus Utomi Elpel/AFP